



Cidadania portuguesa: Alterações que se impunham



O Parlamento português fez algumas alterações à lei da cidadania. O objetivo das mudanças, efetuadas no segundo semestre do ano passado, é tornar o processo mais ágil e acabar com o excesso de burocracia, além de flexibilizar algumas regras e ampliar o acesso à nacionalidade originária e à naturalização.

De acordo com a lei, os filhos de estrangeiros que residam em Portugal há pelo menos dois anos, são considerados portugueses originários,

exceto se declararem que não querem ser portugueses. Isto veio encurtar o prazo na lei que, até então, exigia aos pais que estivessem a viver em Portugal há pelo menos cinco anos.

Com as novas alterações, de maneira geral, filhos, netos e bisnetos de portugueses têm direito à cidadania. Também podem solicitar a cidadania pessoas casadas ou em comunhão de facto com um cidadão português reconhecida legalmente em Portugal e com duração de pelo menos três anos.

Outra novidade na lei é o pedido de nacionalidade pela via da ascendência: pais de portugueses de origem podem vir a ter acesso à nacionalidade dos filhos desde que residam há pelo menos cinco anos em Portugal, independentemente de se encontrarem em situação legal ou não.

Além disso, menores de idade também podem se tornar cidadãos portugueses desde que tenham concluído ao menos um ciclo do ensino básico ou o ensino secundário em Portugal. ▶

Racismo: Tempo de Aceitação

Entrevista com Joana Gorjão Henriques

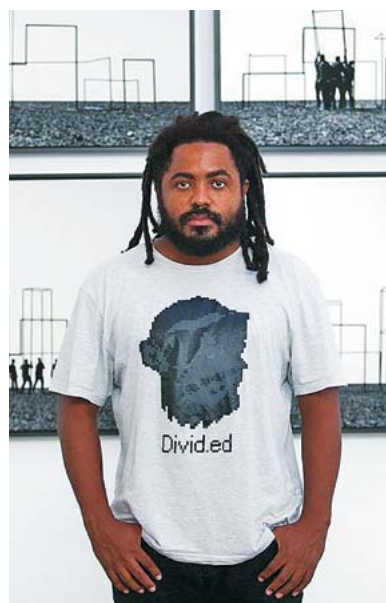


“Penso que é essencial haver alguma formação e consciencialização do problema da discriminação e do que vejo nos manuais escolares, acho que antes de tudo, a primeira coisa a alterar deve ser a narrativa que existe sobre

a nossa história e sociedade. E não, por um lado, excluir a versão violenta do colonialismo por exemplo e o facto de Portugal ter sido um país colonizador que ocupou países, dizimou populações, traficou pessoas da África para as Américas. Para mim antes de haver a disciplina de educação para a cidadania é preciso incluir todas estas vertentes nos manuais curriculares sobre história, sobre a sociedade portuguesa e alterar a forma de falar sobre estas questões”.

Pág. 4

Questionando a imobilidade europeia



Em Veneza fui confrontado com o desafio de como artista contemporâneo viver num contexto onde a excessiva conservação do património histórico-cultural, converteu a cidade numa espécie de museu a céu aberto. “Vindo de um país que vive em constante metamorfose, onde o acesso e preservação da história é débil e muitas vezes conflituoso, para mim foi importante interagir com o intocável e imponente património ocidental para refletir sobre crises atuais como a imigração.

Kiluanji Kya Henda

Pág. 13

Editorial

Meia Vitória

A braços com uma crise demográfica sem precedentes, Portugal fez alterações à lei da nacionalidade, permitindo, desta forma, que algumas crianças nascidas no seu território, filhos de estrangeiros, se tornem portugueses de origem.

Se a população portuguesa hoje chega aos 10,31 milhões de habitantes, nas estimativas para 2051 não passa dos 8,4 milhões, um alerta que certamente fez soar as campanhas dos políticos. Daí a perceber que é preciso aproveitar, pelo menos, uma parte das crianças que nascem em Portugal, terá sido um passo.

As alterações à lei da nacionalidade decididas pela Assembleia da República, destaque deste jornal, surgem quase que em simultâneo com a decisão do Governo de flexibilizar a entrada de imigrantes no país que precisa, segundo vários estudos, de mais de 70 mil imigrantes por ano, para fazer face à falta de mão de obra e ajudar a manter a sustentabilidade da segurança social.

Ainda não estamos perante um Jus Soli, ou seja, o cidadão tem sempre direito a nacionalidade do país em que nasceu, independentemente da origem e situação dos pais, como defendiam as associações de imigrantes e ativistas dos direitos humanos. Mas é um avanço a assinalar.

Com a entrada em vigor da nova lei em julho, os pedidos de nacionalidade aumentaram, mas os serviços correspondentes não foram dotados de meios para responder a demanda. De tal forma que no final do ano estavam pendentes 40 mil processos de pedidos de nacionalidade.

A própria secretária de Estado da Justiça, Anabela Pedrosa, reconheceu, durante o debate do Orçamento de Estado para 2019, que a resposta por parte do Estado a esse aumento “não é a adequada”. ● *LM*

Destaque

Cidadania portuguesa: Alterações que se impunham (cont.)

▶ Será possível a naturalização de menores não necessariamente nascidos em Portugal desde que um dos progenitores aqui viva durante pelo menos cinco anos antes do pedido? Poderá ser assim, mesmo que o progenitor esteja em situação irregular, e desde que o menor tenha concluído “pelo menos um ciclo de ensino básico ou secundário” no país – na lei anterior era necessário o progenitor ter título de residência válido e viver em Portugal há seis anos. Enquanto isso, a nova lei de imigração portuguesa veio facilitar e agilizar os pedidos de vistos e de Autorização de Residência.

Hoje, um contrato de promessa de trabalho permite ao imigrante regularizar a sua situação.

Portanto, já não são obrigatórios os descontos para a Segurança Social como anteriormente, o que significa que se pode ter Autorização de Residência (AR) antes de ter número de beneficiário da Segurança Social. E torna-se depois mais fácil obter esse número com a AR nas mãos.

Já há uma alteração, que saiu recentemente no decreto regulamentar, que permite que quem não tenha esse comprovativo de entrada legal em Portugal, desde que esteja inserido no mercado de trabalho, nomeadamente com descontos de um ano na Segurança Social, fique isento de apresentação dessa prova de entrada.

Lea Teixeira

Sete alterações de fundo na Lei da Nacionalidade Portuguesa

1. Atribuição de Cidadania (Originária) para filhos de estrangeiros nascidos em Portugal

Como era antes

Os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que não se encontrassem ao serviço do respetivo Estado, para obterem a cidadania portuguesa de modo originário (atribuição), precisavam instruir um Processo junto de uma Conservatória Portuguesa, onde tinham que declarar a vontade de serem portugueses. Neste sentido a cidadania era concedida desde que, no momento do seu nascimento, um dos seus pais tivesse residência legal em Portugal há pelo menos cinco anos.

O que mudou?

Agora, a obtenção da nacionalidade portuguesa é automática, bastando que um dos pais apresente o seu documento de identificação perante o registo para que o filho obtenha a cidadania, sem ser necessária declaração nesse sentido e instrução de processo como ocorria até então.

Quanto ao requisito temporal, a quantidade de anos de residência legal dos pais diminuiu: basta que um dos pais estrangeiros resida em Portugal há pelo menos dois anos antes do pedido, de forma legal, para que seja possível solicitar a cidadania originária.

2. Naturalização de menores, filhos de estrangeiros, nascidos em Portugal

Como era antes

O Estado poderia conceder a cidadania portuguesa derivada (aquisição – naturalização) aos menores nascidos no território português, filhos de estrangeiros, desde que estes tivessem conhecimento da língua portuguesa, não tivessem sido condenados pela prática de crime punível com pena de prisão igual ou superior a 3 anos,

e desde que, no momento do pedido, se verificasse uma das seguintes condições:

1. Um dos pais residisse em Portugal legalmente há mais de cinco anos;
2. Que o menor tivesse concluído o 1º ciclo do ensino básico em Portugal.

O que mudou?

As mudanças mais significativas ocorreram nos referidos requisitos 1. e 2., que continuam a ser exigidos no momento do pedido da cidadania, contudo agora de forma mais facilitada.

No primeiro caso, a aquisição da cidadania passa a não depender da residência legal dos pais. Ou seja, mesmo os filhos de imigrantes ilegais poderão adquirir a cidadania portuguesa, desde que, no momento do pedido, um dos pais resida, legal ou ilegalmente, em Portugal há pelo menos cinco anos.

No segundo caso, o menor poderá adquirir a cidadania caso tenha concluído pelo menos um ciclo do ensino básico ou o ensino secundário em Portugal.

3. Naturalização de maiores, filhos de estrangeiros, nascidos em Portugal

Como era antes

O Governo poderia conceder a cidadania portuguesa derivada (aquisição – naturalização), aos indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, que aqui tenham permanecido habitualmente nos 10 anos imediatamente anteriores ao pedido, ainda que de forma ilegal.

O que mudou?

O tempo de residência necessário para a obtenção da cidadania foi reduzido para metade.

Ou seja, agora os indivíduos nascidos em território português, filhos de estrangeiros que tenham residência em Portugal ao tempo do seu nascimento, há pelo menos cinco anos, de forma legal ou ilegal,

podem adquirir a cidadania portuguesa derivada por naturalização.

4. Naturalização por tempo de residência legal

Como era antes

A hipótese clássica de naturalização era aquela em que o Governo concedia a cidadania portuguesa (derivada) aos estrangeiros que satisfaziam os seguintes requisitos cumulativos:

- Serem maiores ou emancipados face à Lei portuguesa;
- Terem residência legal há pelo menos 6 anos em Portugal;
- Conhecerem suficientemente a língua portuguesa;

Não terem sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão igual ou superior a 3 anos, segundo a lei portuguesa; Não constituam perigo ou ameaça para a segurança ou defesa nacional.

O que mudou?

Essa hipótese continua sendo válida, contudo alguns dos seus requisitos tornaram-se mais benéficos aos requerentes, com destaque para a redução do tempo de residência legal necessário ao pedido: de seis para cinco anos de residência legal.

5. Naturalização por ascendência

Como era antes

Não havia possibilidade legal de aquisição de nacionalidade portuguesa em razão de ascendência. Ou seja, pais ou avós não poderiam adquirir a cidadania caso tivessem filhos ou netos portugueses.

O que mudou?

Agora o Governo poderá conceder a cidadania aos ascendentes de cidadãos portugueses originários (que adquiram por atribuição),

desde que tenham residência em Portugal, de forma legal ou ilegal, há pelo menos cinco anos imediatamente anteriores ao pedido e desde que a ascendência tenha sido estabelecida no momento do nascimento do cidadão português.

6. Oposição à cidadania de cônjuge e companheiro

Como era antes

De acordo com a Lei, em qualquer das hipóteses de aquisição de cidadania pelo casamento ou união de facto a inexistência de ligação efetiva à comunidade nacional portuguesa constituía fundamento de oposição à aquisição da nacionalidade pelo Estado

Contudo, prevê o Regulamento da Lei da Nacionalidade que deve ser presumida a referida ligação quando o requerente, dentre outras hipóteses, for natural e nacional de país de língua oficial portuguesa e existam filhos, portugueses de origem, do casamento ou da união de facto que fundamente a declaração. Ou seja, nesta hipótese não haveria motivo para oposição à aquisição da nacionalidade por cônjuge ou companheiro.

O que mudou?

Na própria Lei da Nacionalidade consta que a oposição à aquisição de nacionalidade, em razão da inexistência de ligação efetiva à Portugal, não se aplica às situações de aquisição de nacionalidade em caso de casamento ou união de facto quando existam filhos comuns do casal com nacionalidade portuguesa.

7. Contagem dos Prazos de Residência Legal

Como era antes

Não havia previsão legal específica para contagem do tempo de residência legal. Assim, para efeitos de pedido de cidadania, o tempo era contabilizado através da soma dos

MUDANÇAS NA LEI SOBRE EXPULSÃO DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS

A lei que baliza a expulsão de estrangeiros em Portugal foi alterada em 2017

Com as alterações da Lei n.º 59/2017, de 31 de julho – versão atual do art. 135.º

Artigo 135.º

Limites à expulsão

1. Não podem ser afastados coercivamente ou expulsos do País os cidadãos estrangeiros que:

a) Tenham nascido em território português e aqui residam;

b) Tenham efetivamente a seu cargo filhos menores de nacionalidade portuguesa a residir em Portugal;

c) Tenham filhos menores, nacionais de Estado terceiro, residentes em território português, relativamente aos quais assumam efetivamente responsabilidades parentais e a quem assegurem o sustento e a educação;

d) Se encontrem em Portugal desde idade inferior a 10 anos e aqui residam.

2. O disposto no número anterior não é aplicável em caso de suspeita fundada da prática de crimes de terrorismo, sabotagem ou atentado à segurança nacional ou de condenação pela prática de tais crimes.

A nova lei – Lei n.º 59/2017, de 31 de julho – veio novamente alterar os casos de exceção dos limites à expulsão de cidadãos estrangeiros do território nacional.

Assim, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo em questão, passou-se a prever que poderão ser expulsos de Portugal os cidadãos estrangeiros apenas nos casos de:

- suspeita fundada da prática de crimes de terrorismo, sabotagem ou atentado à segurança nacional, ou

- de condenação pela prática dos referidos crimes, i.e., terrorismo, sabotagem ou atentado à segurança nacional. Ainda assim, em qualquer das situações, e para que um cidadão estrangeiro possa ser expulso, as autoridades deverão sempre ponderar os diversos valores em conflito, nomeadamente os interesses públicos em causa vs. os seus direitos humanos/fundamentais.

Ao contrário do previsto na redação anterior da Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, - na atual redação de 2017 veio prever-se que, para que os cidadãos estrangeiros que tenham filhos menores de nacionalidade portuguesa não sejam expulsos do país basta que estes estejam a seu cargo, não sendo necessário que exerçam as responsabilidades parentais (mesmo que não exerçam as responsabilidades parentais não quer dizer que não assegurem o sustento e exerçam o direito de visita aos seus filhos menores).

vistos, autorizações de residência e outros títulos legais obtidos sucessivamente pelo requerente em Portugal.

O que mudou?

A Lei prevê que para os efeitos de contagem de prazos de residência legal previstos, considera-se

a soma de todos os períodos de residência legal em território nacional, seguidos ou interpolados, desde que os mesmos tenham decorrido num intervalo máximo de 15 anos. ●

Redação com www.eurodicas.com.br

Empoderar a População Cigana

O Instituto de Educação da Universidade do Minho - Auditório Multimédia, em Braga, acolheu no início de Dezembro último, o Seminário Internacional “Empoderando a População Cigana através da Produção de Conhecimento: O papel dos Investigadores, Académicos e Sociedade Civil”.

A sessão de abertura contou com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro enquanto o Alto-comissário para as Migrações, Pedro Calado, compareceu ao encerramento.

Os objectivos foram o empoderamento desta população sociologi-

camente minoritária através do seu acesso ao ensino superior politécnico e universitário como forma de desenvolvimento de capacidades e competências fundamentais para criar ferramentas de análise e de intervenção na sociedade de que fazem parte.

O seminário visou uma lógica de empoderamento pessoal e social, escutando as vozes de professores e alunos universitários/as ciganos/as e não ciganos, assim como de outros actores sociais que trabalham com esta população para uma sociedade inter/multicultural, potenciadora de maiores oportunidades e consequentemente, de diminuição das desigualdades sociais.

Serviu também para chamar a atenção dos decisores políticos e de outros atores sociais para a importância da produção de conhecimento académico sobre a população cigana que vise a produção de mudanças na sociedade no seu todo.

A população cigana, portuguesa e a nível da União Europeia vive, maioritariamente, uma situação paradoxal: ao mesmo tempo que a Comissão Europeia tem elaborado, sem precedentes, políticas e directrizes para os Estados-membros no sentido da melhoria global das suas condições de vida, assiste-se também a um recrudescimento do racismo, tendo a população cigana como alvo.

Algumas das ações racistas parecem ser uma consequência das percep-

ções negativas das populações ditas maioritárias acerca da intensificação dos movimentos migratórios, outras parecem ter origem num racismo estrutural contra esta população, no que usualmente é chamado de anticiganismo. ●



Racismo: Tempo de Aceitação

“Vá, acorda Portugal”, - A afirmação pertence a Joana Gorjão Henriques que saltou para a ribalta ao receber o prémio Gazeta de Imprensa em 2017, e ao ter sido galardoada com medalha de ouro, na cerimónia comemorativa do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A jornalista atribui tais distinções ao reconhecimento internacional de que o racismo é um problema, e afirma “É preciso também pensar no quê que isto diz sobre nós enquanto pessoas e enquanto sociedade”. Para ela nunca é demais agradecer aos corajosos que deram a voz e fizeram com que os seus trabalhos pudessem chamar a atenção para um problema estrutural da sociedade portuguesa, o racismo.

A autora de inúmeras reportagens do Jornal *O Público*, abordando injustiças perpetradas com base na desigualdade racial em Portugal, defende que não existe democracia sem igualdade racial e que enquanto

não houver a consciência e aceitação de que o problema existe, não é possível ultrapassá-lo.

Joana publicou dois livros, “Racismo em Português, com as reportagens que fez nas cinco ex-colónias portuguesas que estiveram na rota do tráfico de pessoas escravizadas, e “Racismo no país dos brancos costumes”, que se foca em situações de injustiça e não integração social vividas por pessoas nascidas em Portugal mas não portuguesas.

As suas reportagens ficaram também entre os 40 trabalhos escolhidos para o Prémio Gabriel García Márquez de Jornalismo Premio y Festival Gabo 2018. Com o nosso jornal Joana manteve a conversa que se segue:

Entrevista

BuÉtnico - Como se envolveu com este tema que é o racismo e a que atribui a não inclusão de assuntos relacionados com discriminação racial nos órgãos de comunicação portugueses?

Joana G.H. - Acho que uma coisa decorre da outra, o facto de não haver muitas matérias sobre este temas nos jornais portugueses levou-me a questionar e a querer explorar o assunto, julgo que é difícil para os jornalistas portugueses perceberem que existe o problema do racismo na sociedade portuguesa porque Portugal é um país no qual sempre nos ensinaram que não há ou não deve haver racismo e crescemos todos a acreditar que Portugal é um país onde não há racismo nem discriminação e crescemos a aprender que é um país que integra bem toda a gente e portanto é difícil quebrar a barreira que acaba também por ser um preconceito e funciona como uma espécie de uma capa que impede à maioria de ver a realidade.

Para mim foi e é ainda um processo de consciencialização cívica porque à medida que fui fazendo alguns trabalhos fui percebendo que há pouca representatividade da comunidade afrodescendente em várias esferas da sociedade portuguesa, inclusive no jornalismo no próprio jornal público, isso levou-me a questionar porquê e a querer saber um pouco mais.

BuÉtnico - O racismo é uma realidade indiscutível segundo os relatos históricos do seu primeiro livro e as reportagens que dão corpo ao segundo volume denominado “Racismo no país dos brancos costumes”. Podemos concluir que a questão que deve ser encarada com mais seriedade pelo estado e governos portugueses? Por exemplo em relação às recomendações das Nações Unidas quanto à violência policial, sente que houve alterações consideráveis?

Joana G.H. - Acho que não, mas sobretudo, deveria ter existido da parte do Ministério da Administração Interna, da parte da Direção Nacional da PSP uma atitude mais musculada ao afirmar que não permite que nas forças de segurança exista racismo e discriminação. Não vi isso a acontecer, vi uma atitude bas-



tante defensiva e julgo que não havendo uma tomada de consciência do problema é muito difícil alterar a realidade. Se não há uma condenação e posição de repúdio a estas atitudes da parte das hierarquias, as bases, ou seja quem está nas ruas, os operacionais sentir-se-ão impunes.

BuÉtnico - O Governo português está empenhado em introduzir quotas para uma maior inclusão das mulheres em cargos de liderança nos sectores público e privado, bem como na Media. Não se deveria proceder dessa forma para a inclusão dos afrodescendentes e outras minorias étnicas?

Joana G.H. - Porque não? Seria uma boa medida, deve ser prudente, obviamente que tem que ser estruturada e pensada a longo prazo e não como uma medida à avulso, mas seria importante.

BuÉtnico - Há uma quantidade considerável de descendentes ou africanos nas cadeias portuguesas, como vê o futuro dessas pessoas?

Joana G.H. - Nunca houve um programa ativo de inclusão. Vejo o futuro com preocupação, acho que o estado devia dar uma atenção particular a essa fatia da população que naturalmente se encontra mais em risco e

mais vulnerável, uma vez que o ter documentos é a base primeira da cidadania, e o facto de haver cidadãos indocumentados permite que haja bastantes abusos por parte das entidades laborais e outras, porque a uma pessoa sem documentos pode acontecer de tudo e já ficou provado várias vezes que Portugal precisa de mais população de forma que não consigo compreender, até em termos de estratégia política, como é que se barra a entrada e permanência de cidadãos em Portugal só pelo facto de serem estrangeiros, a legalização ou atribuição de documentos de identidade e de residência a todas as pessoas que se encontram a viver ilegalmente em Portugal devia ser uma medida imediata levada a cabo pelo governo. Muitos são afrodescendentes mas são portugueses, é preciso que haja uma ação afirmativa de legalização e aceitação à vários níveis, dessas pessoas nomeadamente através da educação e não só.

BuÉtnico - Algumas escolas admitem incluir a disciplina de educação para a cidadania nos seus programas, não deviam ser todas já que países como a Inglaterra, por exemplo, que lidam com a questão da diversidade de culturas com alguma eficácia, têm esta disciplina como parte da educação cívica desde o pré-escolar?

Joana G.H. - Penso que é essencial haver alguma formação e consciencialização do problema da discriminação e do que tenho visto nos manuais escolares acho que antes de tudo, a primeira coisa a alterar deve ser a narrativa que existe sobre a nossa história, a nossa sociedade. E não, por um lado, excluir a versão violenta do colonialismo por exemplo e o facto de Portugal ter sido um país colonizador que ocupou países, dizimou populações, traficou pessoas da África para as Américas. Para mim antes de haver a disciplina de educação para a cidadania é preciso incluir todas estas vertentes nos manuais curriculares sobre história, sobre a sociedade portuguesa e alterar a forma de falar sobre estas questões.

BuÉtnico - Não se fala sobre a escravatura no ensino básico?

Joana G.H. - Fala-se da escravatura, mas muito pouco e de forma digamos muito higiéni-



Daniela Canté

Como é que eu posso dizer?

ca. Para já os escravos são coisificados ou desumanizados muitas vezes são colocados nas narrativas como objetos, ao invés de se dizer que são pessoas que foram escravizadas fala-se unicamente de escravos. Depois, é uma forma muito breve e leve de se falar daquilo que foi um genocídio, não há documentação suficiente para que os alunos tomem consciência de que foi algo tão grave quanto foram por exemplo o holocausto e outras atrocidades da história da humanidade e portanto isso faz com que se relativize o papel de Portugal como traficante de escravos.

BuÉtnico - A secretária de Estado para a igualdade e cidadania foi a primeira governante portuguesa a reconhecer que Portugal é um país com manifestações de racismo e xenofobia. Acha que há uma mudança em função da nova lei de criminalização do racismo?

Joana G.H. - Não sei se foi a primeira, mas acho importante que governantes e dirigentes políticos, nomeadamente ministros e secretários de estado reconheçam publicamente a questão do racismo porque o primeiro passo para se resolver problemas é aceita-los e nós no geral estamos na fase de negação desse problema.

A lei não criminaliza, penaliza e aplica sanções que são monetárias.

BuÉtnico - O governo português admite acolher 75 mil imigrantes por ano, para assegurar a dinamização da economia, renovação da população em idade ativa e a não ruptura do sistema nacional de segurança social. Acha que Portugal tem condições para receber estas pessoas?

Joana G.H. - Acho que receber imigrantes só por receber sem estar preparado não vale a pena. Para as pessoas ficarem abandonadas como ainda acontece em bairros problemáticos com condições precárias e serem vítimas de desalojamentos forçados etc., não adianta. Mas se corresponder a uma consciência de que a sociedade portuguesa só tem a ganhar com mais diversidade e com os imigrantes aí sim, mas então que se criem e se dê condições às pessoas, porque não podemos correr o risco de ter imigrantes de segunda e de primeira.

BuÉtnico - Alguma pessoas falam em imigração seletiva, concorda?

Joana G.H. - Claro que não, seria voltar a uma época bastante digamos triste da sociedade portuguesa a seleção de pessoas ou imigrantes não pode ser discriminatória.

BuÉtnico - O que acha das alterações feitas à lei das expulsões (ver anexo) e também à lei sobre a atribuição da nacionalidade portuguesa a estrangeiros, promulgada no final de Junho pelo Presidente da República?

Joana G.H. - A lei das expulsões agora contempla exceções para quem tem filhos logo melhorou. Em relação à lei da nacionalidade, segundo à qual filhos de estrangeiros residentes legalmente há dois anos em Portugal, podem ter a nacionalidade portuguesa. Parece-me que é uma lei que ainda continua a pecar pelo facto de pôr a tónica na questão do sangue e não do território. Quem nasce em Portugal deve ser português, não vejo razão para um filho de um português que nunca veio a Portugal possa ter nacionalidade automática e alguém que cá vive e participa na vida cívica do país tenha restrições.

BuÉtnico - Como analisa o trabalho das associações que combatem o racismo?

Joana G.H. - Acho que todo trabalho de combate ao racismo é bastante importante e meritório, cada grupo ou associação tem o seu papel e quantos mais existirem melhor.

Seria útil que as Associações se unissem em e para determinadas frentes comuns, mas acontece, por exemplo, aconteceu em relação à

manifestação anti-racismo que foi organizada e saiu as ruas de Lisboa, Braga e Porto dia 15 de Setembro. A questão da recolha de dados étnico-raciais também está a haver alguma convergência, portanto julgo que nas questões essenciais até se está conseguir alguma união.

BuÉtnico - O que podem fazer também os países da CPLP e outros países de onde são originárias muitas das populações em fuga para a Europa, e o que acha deste drama?

Joana G.H. - Penso que esses países deviam apoiar mais as suas diásporas, ter um discurso mais virado para os descendentes de africanos em Portugal, acho que há muito pouca preocupação com os afrodescendentes. Devem ser mais apoiados pelos países de onde são originários, inclusive monetariamente e devem ser uma comunidade mais ativa e interventiva no espaço público, político e social português.

Sobre o drama dos refugiados africanos no mar mediterrâneo penso que é muito triste e mais uma vez não consigo perceber como é que a Europa que precisa de população e que tem uma tradição supostamente humanista é capaz de deixar de fora e deixar morrer tanta gente, a única palavra que me ocorre é que é chocante. ●

Solidariedade na Integração

As entidades envolvidas em Portugal no acolhimento e integração de pessoas refugiadas, reunidas nesta conferência sobre o valor da Solidariedade, entrevistaram sobre outros valores centrais nesta área, como o Acolhimento, a Integração e a Colaboração.

Acerca do acolhimento, a Presidente do CPR, Teresa Tito Moraes, destacou o valor trabalho em equipa entre as instituições, que

deverá sempre respeitar a autonomia e as particularidades de cada associação.

Como participantes estiveram as seguintes Associações. Associação de Refugiados em Portugal; União dos Refugiados em Portugal; Associação de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Portugal; Associação Family of Refugees e Associação Home Without Borders. ●



É a denominação de uma nova Associação Cultural apresentada recentemente ao público por Carlos Gonçalves jornalista e radialista que integra a agremiação.

A AKMSO visa a promoção dos valores culturais, da gastronomia e outros interesses dos cidadãos angolanos residentes em Portugal, especialmente em Odivelas. ●

Momentos e Sabores de Odivelas



Correndo por gosto

Victor Correia é mais do que um hábil e determinado profissional de rádio, é músico, rapper e, segundo diz esteve um tempo parado, mas já recomeçou a gravar as suas melodias.

Ao Victor podemos por enquanto vê-lo no Youtube, com a sua RAPTÓRICA



Victor Correia chegou a Lisboa com 2/3 anos de idade, não visita Cabo Verde há bués, mas fala crioulo, e também se sente que actualmente a comunidade cabo verdiana, está mais unida, “acho-os um povo inteligente, que sabe criar coisas do nada, claro que faltam muitas coisas para um desenvolvimento harmonioso mas acho que Cabo Verde está no bom caminho”.

“Embora haja problemas com os jovens, com o alcoolismo, drogas e a violência em si, por vezes, sei de projetos que têm ajudado a recuperar pessoas. Um deles pertence a um jovem que também passou por adições de álcool e droga, mas que se regenerou e criou o projeto Amor Próprio. Fiquei emocionado e contente com a existência deste tipo de iniciativas.

O programa DivulguArte visa a promoção de artistas jovens que não conseguem mandar a sua música para grandes rádios. “Muitos me enviam os seus projetos musicais desde Cabo Verde, dos Estados Unidos e outras, mas aqui passam, o que já é muito bom, uma vez que é um programa emitido por mais de 20 rádios”.

Ao fim de sete anos e meio a produzir o programa “Artes a uma só voz”, Victor Correia projectou o DivulguArte, um programa de rádio que no primeiro mês de 2019 fez quatro anos de existência. Estes dois programas foram criados, produzidos, têm locução e arranjos de Victor Correia, que hoje vos apresentamos em entrevista.

Entrevista

BuÉtnico - Como começou o bichinho da Rádio?

Victor Correia - Em 1999, no Liceu Camões em Lisboa comecei devagar, depois em 2001 participei num projeto da RDP Internacional e foi então que uma jornalista me desafiou fazer rádio, dizendo que tenho um vozeirão que devia explorar mais. Acho que aí também me apercebi que gostava de mexer naqueles aparelhos todos e do microfone, o jornalismo em si, foi uma paixão inclusive.

BuÉtnico - Mas produzés a parte técnica do DivulguArte ?

VC - Sim, faço Spots e tudo o que envolve rádio, ao longo dos anos aprendi com muitos locutores e produtores, atualmente o programa está em 15 rádios FM, online também, no Brasil, Itália, em Cabo Verde na Rádio Morabeza, em Vila Real em Universidade FM, em Viseu.

BuÉtnico - Como foi possível abranger todas as rádios onde passa o programa?

VC - Falei com pessoas de algumas rádios nas quais queria que o meu programa estivesse inserido e houve também diretores de estações que falaram comigo, através de pessoas amigas, gostaram do programa, contactaram-me e as coisas foram fluindo aos poucos. Não é uma área fácil, mas adoro fazer, tenho algumas parcerias e patrocínios, e vai-se andando.

BuÉtnico - Quatro anos é muito ou é pouco para ver os resultados, digamos em termos de projeção e rendibilidade?

VC - Acho que o tempo é relativo, penso que foi Einstein que disse isso, mas claro que as vezes fico impaciente com certas coisas porque quando trabalhamos com dedicação, amor e paixão, achamos que

merecemos todo o reconhecimento possível e realmente o que me faz continuar, a programar e fazer entrevistas e tudo o resto é gostar de formar e informar.

BuÉtnico - Todas semanas tens entrevistas com pessoas diferentes?

VC - Sim, praticamente 99,9 por cento das vezes, tenho entrevistas com pessoas diferentes, na semana passada tive pessoal de Belo Horizonte, do Brasil, do Rio de Janeiro, já tive escritores, pintores, etc.

BuÉtnico - Há um público alvo?

VC - Se nos focarmos em faixas etárias, acho que se pode colocar o público entre os 18 e os 55 anos, mas público alvo mesmo não creio que exista é um programa que considero generalista, visto que já tive cá pessoas de várias idades, é um programa jovem para pessoas jovens, tendo em conta que a idade também é relativa.

Entrevistei há dias um artista moçambicano, o Costa Neto, foi um grande prazer, tive pessoas mais clássicas, outras menos mas de todos os extractos sociais. O que nos importa de facto é a promoção de artistas novos e lusófonos, nas mais variadas vertentes. Mas também acompanhamos artistas consagrados como o D. Kikas, o Élvio, a Lura e outros.

BuÉtnico - Tens um produtor/a que faça uma agenda e arranje contactos?

VC - Normalmente tenho alguns, de pessoas que gostaram muito do programa, como por exemplo o Paulo António, que vive em Santarém, trabalha em segurança, mas em Santarém tem contactos com gente de várias áreas e me envia alguns contactos, porque conhece pessoas que fazem festivais. Ele incentiva-me muito, assim como se disponibiliza para ajudar em tudo que pode.

Envia-me artistas e também conseguimos uma parceria para colocar o logotipo do programa em CDs de certos artistas, vamos participar eventualmente em alguns festivais, são ações em que ocorre uma troca e/ou simbiose de serviços.

BuÉtnico - E os níveis de audiência?

VC - Através de dados que me chegam, tenho alguma noção. Da Rádio Atlantic See/Brasil e da Baía/Salvador tenho tido muito bom feedback, não apenas do Brasil, mas essencialmente Alemanha, em Portugal também, mas essencialmente da Alemanha e Cabo Verde, recebo sempre um bom feedback dos ouvintes do DivulguArte e muitos músicos que se estão a iniciar mandam trabalhos deles ou de amigos para passarmos. Penso que é um programa que já fazia falta há muito tempo, acredito.



O meu sonho ao criar este programa foi sempre explorar esse lado cultural que tem haver com a divulgação de novos valores, é um dos os objetivos do DivulgArte, dar a conhecer artistas “jovens” que têm projetos mas falta de oportunidades.

BuÉtnico - Fazes programas fora do estúdio?

VC - Tenho me ficado pelo estúdio, sobretudo, mas já fui convidado por Jay Moreira por exemplo, para estar no espaço Beleza em Lisboa a apresentar um álbum dele no ato do lançamento. Já fiz no Beleza a apresentação de um grupo de reggae e também de um outro pop-rock, contudo é algo que gostava de experimentar mais e aprofundar, poder realizar algumas entrevistas e reportagens out-estúdio, gostava de fazer mais esse tipo de interação, tendo as pessoas certas e as parcerias certas, acho que sim, seria interessante.

BuÉtnico - E as parcerias que tens conseguido funcionam?

VC - Sim, tive a Arte&Design que agora não tem a participação que teve anteriormente, eles fizeram-nos o logotipo, as t-shirts como o logo do DivulgArte por exemplo, estiveram tb comigo para fazer a gala DivulgArte que já vai na sua segunda edição, e este ano correu muito bem, tenho uma parceria com o projeto Vona de Moçambique que tb é vocacionado para apresentar novos artistas, com Cabo Verde, aos poucos também entramos porque tive um grande amigo, o Dany que tem uma rádio lá, além da rádio Morabeza.

BuÉtnico - A rádio dá-te para viver?

Atualmente não, tenho que ser sincero, não é isto que vivo a cem por cento, daí que tenho criado algumas parcerias, vejo alguns patrocínios, mas a esperança é a última a morrer e para frente é o caminho.

BuÉtnico - E em relação à compensação em termos de reconhecimento e também sobre as oportunidades de viajar e conhecer gentes, pelo menos tem valido à pena?

VC - Sim, nesse aspeto, com certeza, sou uma pessoa que gosta de conhecer outras pessoas, povos e nações, e aprendi muito. Conheci pessoas fantásticas do meio da rádio, da música, da produção, de tudo que é arte, e cresço todos os dias um pouco. Mas que já pensei em desistir, já, isso também é verdade.

Faço trabalhos para a PANAVÍDEO, spots comerciais, já fiz alguns para Cabo Verde e realmente tenho trabalhado nessa vertente dentro da Comunicação Social.

Houve pessoas importantes que me disseram para não desistir, porque, efectivamente fiz grande parte do caminho para frente mas, realmente, quando vês que há pessoas que sequer deviam fazer parte do meio jornalístico ou da comunicação social porque não entendem aquilo que fazemos, começa a sentir-te num mundo que está virado só para um lado. Mas sou uma pessoa positiva e houve pessoas certas que me deram força e os conselhos certos na hora certa.

BuÉtnico - E este estúdio aqui no ISCTE? Vens todas semanas?

VC - Foi aqui que tudo começou, de Rádio a uma só voz, passou a DivulgArte. Aqui gravo os programas e é onde tudo acontece, é aqui que o DivulgArte cresce também. Três a quatro vezes por semana venho, dependendo do trabalho, mas é todos dias quase, porque gravo todos os dias, já que são várias rádios, se fossem algumas rádios, se calhar seria só uma vez por semana ou duas, mas como tenho que fazer entrevistas, edição e produção, há todo um trabalho de background que faço, jingles que são separadores de música, locuções cantadas, há beats instrumentais também e os spots promocionais.

BuÉtnico - Será que as oportunidades para os músicos na Inglaterra são maiores?

VC - Pelo que percebi sim, um pouco mais, há uma história muito forte em relação ao RAP na Inglaterra, em Portugal também. Mas se calhar talvez a mentalidade lá seja um pouco diferente, mais aberta e há mais editores a arriscarem.

Acredito que todos os músicos talentosos merecem uma oportunidade e que não nos devemos centrar só no que é comercial ou que nem música é, para mim música tem que ter conteúdo e uma grande parte dos rappers mostram isso hoje em dia.

BuÉtnico - As vezes, só talento não é o bastante...

VC - Infelizmente, só talento não basta hoje em dia, tive o prazer de conhecer por exemplo, de Belo Horizonte, uma voz fantástica que é Mayra Baldaia, recomendo-a toda a gente. Fui vê-la na Fnac do Colombo e cheguei a ficar arrepiado, parabéns para ela e desejo-lhe os maiores sucessos, assim como a um grande amigo Max Costa, também brasileiro, de Belo Horizonte, que vive atualmente vive em Portugal, conhecedor das dificuldades de viver como músico, é uma das pessoas que tem dado força ao Divulgarte. ●



www.youtube.com/playlist?list=PLmymQjXVFr5GgTeHHwra01JI12wNZOHB

Programa DIVULARTE

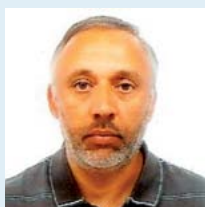
- 1 - Rádio Dreams Fm (Cascais) (sábado às 16 horas)
www.radiodreamsfm.com
- 2 - Rádio Morabeza (Cabo - Verde) - 90.7 FM (Barlavento) 93.7 FM (Sotavento) (sábado às 13 h portuguesas)
muzika.sapo.cv/radios
radio.garden/live/mindelo/radio-morabeza
- 3 - Rádio Clube do Dão - (sábado às 20 h, repet. domingo às 22 h) • www.radioclubedodao.pt • rcd.inovarviseu.com
radioclubedodao.blogspot.pt
tunein.com/radio/Rádio-Clube-do-Dão-s233109
www.radios.com.br/aovivo/Radio-Clube-do-Dao/29705
- 4 - Rádio Universidade FM (Vila Real) (sábado às 18 horas) 104.3 FM • www.universidade.fm
- 5 - Rádio Atlântic Sea (Salvador da Bahia - Brasil) (6ª feira às 21 horas de Brasília, 23 horas em Portugal)

- radioatlanticsea.tk • radioatlantisec.yolasite.com
www.radios.com.br/aovivo/radio-atlantic-sea/54286
www.radios.com.br/aovivo/radio-atlantic-sea/30335
- 6 - Rádio Cidade Mais (Aveiro) (Domingo ao meio-dia) em simultâneo em 94.3 FM - Algarve - RCA
www.radiocidademais.com • www.radioca.eu
- 7 - Rádio Ideias (Sintra) (domingo às 16 horas)
www.radioideias.com.pt
- 8 - Rádio VFM (Viseu) (domingo às 19 horas) 94.6 FM / MEO canal 157 (Rádios Nacionais)
www.radioonline.com.pt/vfm-vouzela
tunein.com/radio/VFM-946-s107023 • vfm946.radio.pt
www.radiosetv.com/radio/vfm-online.html
946mhz.caster.fm
- 9 - Silver Rádio (Moscavide) (terças e quintas às 14 horas)
silverradio.cf

- 10 - Rádio Zero (Lisboa) (segundas às 11 horas com repetição, quartas às 15 horas)
stream.radiozero.pt/zero128.mp3
- 11 - Portugal Star (domingos às 14 horas)
www.portugalstar.pt
- 12 - Viseu Radio Online (Viseu) (Terça e Quinta às 15h)
viseualive.weebly.com
- 13 - Rádio Os Latinos 33 (Bordéus - França) (segunda às 14 horas portuguesas, 15 horas em França)
www.radiooslatinos.fr
- 14 - Afriradio (Verona - Itália) (sábados às 17 horas portuguesas, domingos às 13 horas portuguesas)
www.afriradio.it
- 15 - Rádio Douro Nacional (Lamego) (domingos às 10 horas - também na MEO canal 157 (rádios web) e app da NOS) • www.radiodouronacional.com

“Crafting Coalitions for Change”

Decorreu em Cascais o Eurafrican Forum 2018 sob o tema “Crafting Coalitions for Change”. Gostaria de deixar aqui duas notas de destaque que me parecem muito importantes do meu ponto de vista.



A primeira para o tema do painel nº 4 “REBALANCING THE EURAFRICAN GEOGRAPHIES: THE ROLE OF THE INFLUENCE DIASPORA” onde se destaca o papel das diásporas na “ligação entre as pessoas e os lugares”, tentando discutir questões atuais e desafiantes como o seu papel no reequilíbrio e avanço das geografias euro-africanas, o crescimento partilhado e a mobilização da juventude e da tecnologia na promoção do empreendedorismo.

A segunda nota tem a ver com os organizadores deste importante encontro entre europeus e africanos dos quais já aqui uma vez falei.

Trata-se do Conselho da Diáspora Portuguesa, uma associação privada sem fins lucrativos fundada em 2012 cujo principal objetivo é “promover a marca e reputação internacional de Portugal”, estreitando a relação entre Portugal e a sua diáspora, envolvendo diretamente os seus elementos que mais se distinguiram nos 25 países e 45 cidades de cinco continentes onde estão presentes.

Porque é que destaco estes dois pontos (haverá muitos mais com certeza)?

Por achar que, no que toca a Angola, apesar da promessa do Presidente João Lourenço no discurso da sua tomada de posse, a diáspora angolana continua esquecida (atenção que a diáspora é muito mais que os trabalhadores do estado no estrangeiro) e sub-aproveitada (que me corrijam se acharem que estou errado mas com exemplos concretos).

Fica a nota e o exemplo de que as diásporas podem jogar um papel importante no desenvolvimento e afirmação do País e que as mesmas deverão estar auto-organizadas mas com o devido patrocínio do próprio Estado.

Rui Fernandes

O Fórum Euro-África, realizado em Lisboa, visou analisar formas de aproximação e de reconhecimento do importante papel que as diásporas podem desempenhar no desenvolvimento dos seus países.

SAUDADE & DIÁSPORA

Por: *Carlos Gonçalves*

Saudade, palavra mais portuguesa que latina, traduz como tudo um sentimento profundo, aquele que vai lá dentro na alma. O que é mais difícil ainda de descrever é o estado da alma, isso remete-nos para um conjunto de sentimentos que fazem parte do “turbilhão” de formação do ser humano. É fundamentalmente de seres humanos que são feitas as sociedades, embora nem sempre se tenha em boa conta esse fator.

Muito pela forma como se construiu a relação com a sua história recente de conflito armado fraturante da sociedade, os angolanos viram os seus dramas alastrar-se pelos diferentes núcleos constituídos na diáspora. As transposições políticas condicionaram desde sempre a livre participação e aceitação de angolanos por angolanos.

Em 2004 houve uma ténue iniciativa que juntou no espaço onde funcionava a Assembleia Nacional, o primeiro encontro de Quadros Angolanos na Diáspora no dia 6 de novembro, depois de uma ronda de encontros nos países de acolhimento. Foi preciso esperar oito anos para que uma segunda iniciativa levasse ao redor do mundo uma equipa económica à caça de talentos angolanos a fim de aproveitar o entretanto já falecido programa, Angola Investe. Era todavia uma forma de reconhecimento do importante papel que a diáspora pode desempenhar no propalado desenvolvimento do país. Essa contribuição ainda ficou adiada por dificuldades estruturais e de origem política.

Em 2013 e quase dez anos depois do primeiro encontro de quadros, uma Conferência Ministerial sobre a Diáspora realizada em Genebra-Suíça vai colocar Angola numa encruzilhada, ao ser escolhida pelo conjunto dos países africanos para apresentar um documento de reconhecimento do papel da diáspora no desenvolvimento do continente, instando mesmo o país para adesão e ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares. Angola ficou a saber neste fórum que toda a pessoa de origem africana a viver fora do continente, independentemente da sua cidadania e nacionalidade, desejando contribuir para o desenvolvimento do continente e da união africana, está inserida numa condição de grande valor para África, como comprovam inúmeros casos de sucesso testemunhados por cabo-verdianos, ganenses e até mesmo portugueses, num contexto europeu, para referirmos um país de imensa diáspora multicontinental.

Justamente por força dessa experiência Portugal acolheu o Eurafrican Fórum



em 10 de julho de 2018, para apresentar oficialmente o novo mecanismo europeu de relacionamento com África, que coincidentemente marcou também o fim do incidente diplomático que ensombrou as relações entre Portugal e Angola e que o primeiro ministro português António Costa classificou como: “irritante”. Com a presença do ministro angolano das Relações Exteriores em Portugal para assistir a fórum de novas visões para as relações entre a Europa e a África, contemplando uma perspetiva cada vez mais incontornável para os europeus mas, ainda um foco de resistência para os africanos: a Diáspora, o “irritante” foi ultrapassado.

A diáspora africana constitui hoje uma excelente fonte de conhecimento e competência.

Convém reconhecer que Portugal leva relativo avanço em relação ao conjunto continental e que, por isso, muito justamente o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa identifique o país como um “construtor de pontes”, interpretando como poucos o que Durão Barroso chama de “paixão e causa” na relação entre os dois continentes. Esse piscar de olhos não obsta que nós os africanos vislumbremos o pensamento estratégico europeu por detrás da “paixão”.

Neste momento, segundo o banco mundial, seis dos dez países que mais crescem economicamente no mundo são africanos, liderados pelo Ghana com 8,3 e Etiópia com 8,2, superando a potência Bric, Índia com 7,3. Muito perto estão a Cote d'Ivoire, Djibuti, Senegal e Tanzânia entre os 7,2 e os 6,8. Em 2050 a maioria dos países será de rendimento médio e metade dos jovens até 20 anos de todo o mundo serão africanos senda a Nigéria o primeiro dos três dos dez mais populosos países do mundo. Em 2100 cerca de 40% da população mundial viverá em África. A Europa que detinha ¼ da população mundial em 1960 e 1/6 em 2000, terá pouco mais de 1/10º em 2050. O Presidente português não tem dúvidas: “África é a potência do futuro”.

Cabe agora aos africanos, enxergar esse potencial e coloca-lo ao serviço do de-



envolvimento do continente, melhorando as condições de vida e diminuindo o fluxo migratório. Bons sinais foram dados na recente cimeira da Mauritânia, segundo o mistro angolano Manuel Augusto “há um entendimento inédito entre todos os países africanos sobre a forma de relacionamento comercial com a Europa. E curiosamente desta vez, a comercialmente sempre bem disposta Europa, não tem uma posição comum”.

6 dos 10 países que mais crescem economicamente no mundo são africanos.

Vamos aguardar para ver se desta vez África se aguenta diante da secular vantagem comercial que a Europa

construiu sobre a desequilibrada balança de relacionamento. Para os africanos é aqui que entra um elemento determinante que é a Diáspora. A diáspora africana constitui hoje uma excelente fonte de conhecimento e adquiriu competências que podem ser absolutamente decisivas na construção das tais pontes de relacionamento, com a vantagem do valor cultural das suas origens, algo que se posiciona um passo acima do território político e situa-se transversalmente no tecido social entre povos. É essa a vantagem de participar de um território entrelaçado por pessoas comuns com pontos de ligação cultural e de identidade.

Os líderes africanos ao olharem sem complexos políticos para o que pode parecer uma diferença entre os que partem e os que ficam e extraírem

Colômbia num único lugar

A Primeira Feira Colombiana de Empreendedorismo realizada em Dezembro, na Casa da América Latina teve muitos artigos artesanais, Folclore, Workshop de cozinha Colombiana, gastronomia e música ao vivo. Sob o lema “A Colômbia num único lugar”, a iniciativa da Embaixada daquele país da América Latina passa a ter uma periodicidade anual segundo a Embaixadora Carmenza Jaramillo. ●



Kapulana em livro



Kapulana - Tecido de Moçambique - a verdadeira história é o título do novo livro de João Craveirinha, jornalista, escritor e investigador moçambicano, lançado em maio último, durante o FestiCapulana, Festival Internacional da Capulana, realizado pela PADEMA,

Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana.

O livro trata do papel do Batik Java Print (tecido indonésio) na construção de uma identidade em África e sua expansão como tendência global da indústria da moda na Europa. De pseudónimo Mphumo Kraveirinya, o autor com esta obra da a conhecer parte da sua pesquisa e estudo histórico no âmbito da Sociologia da Comunicação e Cultura. Doutorada pela Universidade de Lisboa, Craveirinha é também ensaísta e artista plástico. ●

dessa combinação o melhor de duas vivências, perceberão como se constroem as potências civilizacionais de que o continente é pioneiro. A consagração de um novo “território”. O que leva o presidente de Portugal a concluir que “a diplomacia perdeu o monopólio das relações” e que naturalmente surgiu uma nova forma de amar os outros sem perdermos o amor de nós e dos nossos, é um novo patriotismo distanciado do nacionalismo exacerbado que pode levar ao ódio entre iguais, tão sabiamente utilizado pelas ideologias divisionistas e fracionárias para garantir o “atraso” no processo de desenvolvimento das sociedades. É hora portanto dos líderes africanos capitalizarem a vantagem do relacionamento.

Entre Angola e Portugal e com o desaparecimento do “irritante” existe nos nossos tecidos sociais uma zona de valores comuns a explorar com inteligência, ética e sentido humano e histórico para que os planos de justiça social se fortaleçam nas duas sociedades. Isso só se consegue com o carácter dos homens de bem e de valor que se comprometem com o futuro do seu povo e como patriotas, do seu país.

Num mundo onde cada vez mais precisamos uns dos outros para rentabilizar as nossas iniciativas, devemos recusar ficar prisioneiros da geografia e corrigir o facto da África do passado não ter tido nenhuma hipótese de escolha face ao avanço da colonização. Em todos os setores o sentimento tem de ser de progresso. ●

“Não existe vontade política em relação às diásporas”

Debate: Empreendedorismo como (F)actor de Integração

Um debate sobre, Empreendedorismo como (F)actor de Integração e a Língua como veículo de comunicação foi promovido pela Associação MovingDiáspora no Centro Rainha Santa Isabel, Estrada do Zambujal - 54 em Alfragide.

Andredina Cardoso, que falou sobre Associativismo, salientou que há actualmente uma multiplicidade de associações, mas a sua gestão deve ser o mais profissional possível, tendo sempre em conta as novas regras de financiamento. Considerou as associações um elemento de integração, através do empreendedorismo. “Englobam uma série de mais valias, mas não devem-se basear-se no voluntariado, há que buscar um nível de gestão profissional, primando pela ética e transparência nas contas, precisou, aditando que as Associações devem servir igualmente para complementar o conhecimento académico e científico.



Rony Moreira, que abordou a questão partidos políticos versus integração, destacou que a política dos países de origem dos afro-descendentes, em particular dos partidos cabo-verdianos, precisa ser muito mais interventiva e activa. “A dinâmica da integração das diásporas só será possível quando houver abertu-

ra e vontade político partidária em Cabo Verde”.

Mediando as intervenções Mário Carvalho da MovinGDiáspora apelou à elaboração de campanhas cívicas para que os imigrantes participem mais na vida política portuguesa uma vez que mobilidade dos estrangeiros em Portugal é fraca. “Não estamos representados em coisa alguma ou em lado algum e temos que assumir as nossas responsabilidades a nível social”, disse.

Isabel Leitão referiu-se à gestão dos produtos e manifestações culturais dos PALOP e Zilca Paiva técnica de turismo cultural alertou para o facto

do turismo contribuir cada vez mais para o PIB de países como Portugal e Cabo Verde, pelo que é preciso buscar sustentabilidade. “É um fenómeno das grandes cidades mas já se faz com sucesso no interior, onde há autenticidade. “Acautelar a preservação do meio ambiente e assegurar o bem estar das populações que são afectadas negativamente pela movimentação turística” aconselhou.

O debate contou ainda com Mário Máximo abordando a importância da comunicação e troca de ideias e experiências visando a integração real dos estrangeiros que escolheram Portugal para residir. ●

SM

“Faz falta uma Campanha anti-racismo”

Quem o diz é a psicóloga Joana Amaral Dias que foi uma das oradoras da 9ª Conferência da amarCulturasPrestigeConferences, realizada em Maio, no anfiteatro da Câmara Municipal da Amadora.

Este ano terá lugar a 10ª e última Conferência, fechando assim o ciclo destes eventos.



A 9ª conferência cujos temas foram “O humanismo no Contexto Atual” e a inclusão da diversidade cultural na sociedade portuguesa, teve como convidados também o professor universitário Braga de Macedo, o presidente da Câmara de Ovar Salvador Malheiro e o Alto Comissário para as Migrações Pedro Calado.

Joana Amaral Dias, que é Mestre em psicologia clínica de desenvolvimento, comentadora da CMTV e ex deputada do PS, defende que o humanismo está cada vez mais difícil de se viver e cultivar. “Há que perceber que não nascemos humanos, tornamos-nos, através de uma educação e da cultura. O registo da solidariedade empatia, o respeito e o cuidado pelo outro não se aprende nos livros e nem numa sociedade onde no mercado de trabalho a competitividade é feroz. As pessoas não têm tempo para

ter e educar filhos, nem si próprias ou para a cultura”.

Questionada sobre a inclusão da Educação para a Cidadania como disciplina curricular obrigatória em Portugal, considerou “nem tudo tem que ser responsabilidade dos professores, há exemplos que devem ser ensinados e praticados em casa, mas quando, as famílias vivem em condições precárias, estão sujeitas à violência e a pressão do mercado de trabalho, então sim, faça-se obrigatória a Educação para cidadania”. Joana sublinhou que a projecção de uma campanha anti-racismo, deveria ser uma iniciativa de um dos governos de Portugal porque conforme disse “é uma sociedade estruturalmente racista”.

O Presidente da Câmara de Ovar, Salvador Malheiro, vice presidente do PSD, considerou os guettos, tráfico, prostituição etc, problemas que existem também em Ovar, “há que estar atento e trabalhar com as comunidades menos favorecidas, referiu. Ser autarca para mim, é a parte mais dignificante da política, trabalho em prol das gentes da terra onde nasci e cresci”. Considerou necessária a participação ativa dos cidadãos na política. “Não basta votar de 4 em 4 anos, é fundamental estar disponível para assumir causas e defendê-las com integridade e competência, só

assim entraremos na senda do desenvolvimento criando integração em todas as vertentes da vida humana”.

Braga de Macedo considerou a espiritualidade essencial “em todas as culturas, porque é através dela que se ama”, enquanto o Alto Comissário para as Migrações, Pedro Calado se referiu às diversas acções do ACM a favor de pessoas estrangeiras residentes em Portugal, abordando igualmente as alterações às leis de atribuição da nacionalidade portuguesa e da imigração.

De acordo com Jorge Humberto, fundador e impulsionador das Conferências amarCulturas, evento que existe desde 2010, com o apoio da Junta de Freguesia Águas Livres e da Câmara Municipal da Amadora, o objectivo de criar momentos privilegiados dentro do espaço da CPLP e nos PALOP em especial. ●



Novo espaço para as Associações

A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, inaugurou este mês o Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), de Lisboa, um Espaço Co-Work, resultante da cooperação entre o Alto Comissariado para as Migrações e 5 associações constituídas por pessoas refugiadas acolhidas em Portugal, de diferentes nacionalidades.

A parceria entre o ACM e as Associações foi objeto de protocolos de cooperação, em outubro de 2018, que determinaram não só a criação deste Espaço Co-Work, como também a promoção

e dinamização do acolhimento, integração, participação e formação profissional das pessoas refugiadas, enquanto contributo para a sua capacitação e participação ativa nos mais diferentes contextos.

A Secretária de Estado referiu que no espaço co-work, as associações terão a oportunidade de trabalhar em conjunto e de participar, de forma mais ativa, ao nível do acolhimento e integração de pessoas refugiadas, contribuindo também para o desenvolvimento de “políticas coerentes e coesas” nestas áreas. “Juntos, somos mesmo mais for-

tes”, sublinhou dizendo que um local para o trabalho conjunto é fundamental para atingir melhores resultados.

“A aposta na solidariedade é fundamental”, adiantou ainda a Secretária de Estado, frisando a existência, em Portugal, de um consenso político no que concerne ao acolhimento e integração de migrantes e pessoas refugiadas. “A intervenção social é um desafio constante. Muito embora nem sempre resulte da forma que gostaríamos, há que continuar sempre na senda do desenvolvimento, da cooperação e da solidariedade”, realçou Rosa Monteiro. ●





“Deve ser pela cor da minha pele que me pergunta se condeno ou não a violência”

Resposta do primeiro-ministro António Costa (de origem indiana) à questão da violência no bairro da Jamaica, colocada por Assunção Cristas, líder do partido de direita, CDS.

“O senhor condena ou não condena esses atos de vandalismo, defende ou não defende a autoridade policial?”, questionou a líder do CDS-PP, num debate parlamentar.

“Está a olhar para mim... Deve ser pela cor da minha pele que me pergunta se condeno ou não condeno”, disse António Costa. ●

Jovens negros unidos na indignação da Fernanda Câncio na TSF



Segunda-feira (21 de Janeiro) aconteceram duas coisas que não me lembro de ter alguma vez visto em Lisboa.

A primeira foi uma manifestação maioritariamente de jovens negros, unidos na indignação face a um episódio de violência policial num bairro periférico.

Uma manifestação convocada em horas, sem intervenção de qualquer associação ou movimento institucional, que quis mostrar-se ao país e ocupar o centro da capital num protesto contra o racismo e a brutalidade da polícia. A segunda foi o facto de a polícia ter dispersado uma manifestação com balas de borracha. Ambas estas coisas são, creio, estreias absolutas. No entanto, nenhuma delas foi relevada como tal. É estranho.

A ausência de representação e de participação política da população negra portuguesa é uma evidência inquestionável. Perante uma excepção a esse silêncio e invisibilidade, seria de esperar que os media a valorizassem. Mas o que vimos foi a manifestação ser tratada como um desacato, uma acção delinquente, não como o marco cívico que é. E a violência que a esmagou a ser apresentada como proporcional, justificada, evidente na sua necessidade. Porquê?

Teriam os media assumido de igual modo a veracidade da versão policial e a necessidade de uma

repressão tão violenta se os manifestantes fossem outros? Que sabiam, aliás, os media daqueles manifestantes, a não ser que eram maioritariamente negros?

Por serem negros e por se tratar de uma manifestação de repúdio em relação à intervenção da PSP no bairro da Jamaica, foram descritos em todo o lado como “moradores do bairro da Jamaica”. Sabemos a que é que moradores de bairros ditos “problemáticos” equivalem no léxico geral: “marginais”; “perigosos”; “criminosos”. É essa a leitura cromática automática: uma leitura que ajuda a aceitar a versão da polícia - a de que foi “obrigada” a disparar porque lhe atiraram pedras. Afinal, que outra coisa iriam os “jovens dos bairros” fazer ao centro da capital senão distúrbios? Nenhum jornalista estava presente quando o apedrejamento alegadamente ocorreu; nenhum jornalista viu. Mas os jornalistas afirmaram como se tivessem visto. Tornou-se a verdade oficial, mesmo surgindo relatos de manifestantes a contestá-la. Perante uma manifestação contra a actuação da PSP e o racismo

institucional, uma manifestação que pedia justiça, os media resolveram, assim, sem sequer um mínimo de investigação, de questionamento, de justiça, que a actuação da PSP contra essa manifestação, usando meios coercivos extraordinários, se justificou sem qualquer dúvida.

Jovens negros saíram à rua para falar, para dizer, para gritar, para fazer política. Para serem vistos, tidos em conta. E os media escolheram ignorá-los. Escolhemos não

os ver, não os ouvir. Escolhemos não lhes dar sequer o benefício da dúvida. Como nas lojas em que, quando entram, são de imediato seguidos pelos seguranças, dissemos-lhes que o centro da capital, a Avenida da Liberdade, o lugar de todos os protestos, não é para eles.

Que voltem ao silêncio, à invisibilidade, à revolta surda. Que voltem à raiva e ao desânimo. Que voltem à humilhação quotidiana, ao «preto, vai para a tua terra». A bem ou a tiro. ●



Democracia e perda de direitos no Brasil

Em périplo internacional Fernando Haddad está a debater questões referentes às ameaças à democracia no Brasil e em vários outros países, o que facilita o avanço da extrema direita no mundo.

Esteve nos Estados Unidos e Uruguai e passou também por Portugal, onde esteve com largas centenas de brasileiros, na casa do Alentejo em Lisboa, e na Universidade de Coimbra para como disse, compartilhar com todos o que se está passar no Brasil.

Haddad comentou as denúncias recentes contra o clã Bolsonaro e seu envolvimento com as milícias. “Quando você lê as notícias



sobre a família Bolsonaro, vê-se transações financeiras inexplicáveis, evolução patrimonial que ninguém entende. A vinculação com milícias está cada vez mais explicitada. Os gabinetes coalhados de milicianos.”

Para o candidato derrotado às presidenciais brasileiras, as árduas conquistas históricas da classe trabalhadora, das mulheres, dos negros, iniciadas no final do século XVIII e que prosseguiram no século XIX (que o historiador Eric Hobsbawm definiu como a Era das Revoluções), são frutos de árduas lutas, e muitas derrotas pois nada veio de graça no campo da democracia.

Lembrou a luta pelos direitos civis e a luta pelos direitos políticos. “Em alguns países as mulheres só conseguiram o direito ao voto depois da II Guerra Mundial, os negros americanos eram impedidos de fazer

registro para votar apesar da abolição ter acontecido numa guerra civil há cem anos.

Tudo isso, na opinião de Haddad, foram jornadas de lutas, da ampliação de direitos. Os direitos sociais são recém-conhecidos. Não havia ideia de um sistema universal de saúde pública, de um sistema de educação pública, um sistema previdenciário, assistencial, toda a legislação trabalhista”.

Para Haddad, a inclusão da questão ambiental na agenda política “não deixa de ser uma jornada ligada aos direitos, porém direitos geracionais, que é preservar o planeta para futuras gerações, são direitos para quem não está entre nós ainda.” Hoje no Brasil, para o líder petista, nada disso está preservado”

Contudo, manifestou grande esperança no futuro do Brasil. “Estamos num momento dramático, mas que conta com a sociedade civil que vai se organizar, que não vai ficar passiva diante do que está acontecendo”

“O que nos cabe agora é elaborar um projeto em diálogo com a sociedade, em diálogo com os coletivos, com os movimentos populares e reapresentá-lo porque nós vamos resgatar o passado, mas nós teremos imaginação suficiente para apresentar um projeto para o futuro”, garantiu. ●



Acordo Global sobre Migração



António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, considera, as migrações humanas um poderoso condutor de crescimento económico, dinamismo e compreensão. O dirigente realçou a assinatura, em Janeiro, do primeiro acordo global das Nações Unidas para abordagem comum das questões da migração.

Ao falar pela passagem do Dia Internacional das Migrações, Guterres, sublinhou que estas

permitem a milhões de pessoas procurar oportunidades que beneficiam as suas comunidades de origem e as de destino.

De acordo com António Guterres, o Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration (Convénio Global para a Regulação Segura e Ordenada da Migração) aponta caminhos e oportunidades legais para a migração. O acordo engloba também ações mais eficazes para acabar com o tráfico

humano.

De acordo com o Semanário Sol, Guterres defendeu a migração planificada e bem regulada de forma a evitar que dentro e entre sociedades as pessoas sejam expostas à exploração e a abusos, manifestou a convicção que o novo acordo da ONU irá contribuir para se enfrentar mais dignamente desafio da migração, de forma a colherem-se os seus muitos benefícios, referiu o líder da ONU. ●

Promoção do empreendedorismo imigrante

No âmbito do Programa Europeu de Formação de Mediadores, mais uma edição do Programa ROMED – Governança Democrática e Participação Comunitária Através da Mediação, foi recentemente apresentada.

O Programa é dirigido a mediadores/as das comunidades ciganas, com o objetivo de melhorar o seu trabalho, a comunicação e cooperação entre as comunidades ciganas e as instituições públicas.

O ROMED será executado pela LETRAS NÓMADAS – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas, através de protocolo estabelecido com a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, com a coordenação do ACM-Alto Comissariado para as Migrações.

De 2009 a 2018, o PEI registou 126 ações de formação, 2159 participantes e um total de 173 negócios criados (57% por mulhe-

res), com mais destaque para as áreas de Consultoria/Importação-Exportação, produção de Artesanato em madeira, organização de eventos, Barbearia, Doçaria Tradicional e Coaching.

O Projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI) foi reconhecido, em outubro de 2018, como uma boa prática pelas Nações Unidas, tendo sido referenciado no Policy Guide on Entrepreneurship for Migrants and Refugees. ●

Questionando a imobilidade europeia

Enquanto alguém que vive em trânsito, Kiluanji Kya Henda lida continuamente com duas formas distintas de imaginar e fazer o dia a dia e de pensar a cultura. Ele questiona o que observa em África, através da mudança constante da sua Luanda natal, e o processo de monumentalização permanente que se vive na Europa.

A instalação no Hangar, onde expôs algumas das vivências e ideias que o levaram a compor instalação multimídia “A Ilha de Vénus”, que foi apresentada de Maio a Junho em Lisboa e, é uma continuidade de um projeto iniciado onde em 2010, Kiluanji viveu durante alguns meses em residência artística e realizou o projeto “Self Portrait as a White Man”, sobre a imigração e a diáspora africana na Europa.



Na altura fui confrontado com o desafio de como artista contemporâneo viver num contexto onde a excessiva conservação do património histórico-cultural, converteu a cidade numa espécie de museu a céu aberto. “Vindo de um país que vive em constante metamorfose, onde o acesso e preservação da história é débil e muitas vezes conflituoso, para mim foi importante interagir com o intocável e

imponente património ocidental para refletir sobre crises atuais como a imigração.

Ao longo da sua pesquisa, tomou conhecimento de que a mão de obra de homens escravizados vindos de África, foi importante para a construção de ostensivos palácios em cidades como Veneza, da importância da presença dos mouros negros, na literatura, na arte clássica europeia que é quase invisível, ou omitida. “Por certo, esta flagrante omissão ajuda a perpetuar muitos dos preconceitos existentes em relação a emigração”, afirma o artista. “Uma história eurocêntrica romantizada”, é com o que nos deparamos ao analisar muitas das posições e símbolos de uma Europa que segundo o artista “persiste em glorificar os seus feitos coloniais e que nos obriga à sua verdade, privando-nos das milhares de histórias que não ficaram para a História, com H capital”.

O eixo central das últimas exposições e performances do artista, questionam os silêncios e omissões não apenas diante de um problema gravíssimo que diariamente gravita nos órgãos de comunicação europeus, a morte e os salvamentos in extremis de milhões de seres humanos que lutam para atravessar as águas do mar mediterrâneo e sobreviver às guerras



dos seus países, seja na Síria, Líbia, Afeganistão, Venezuela e outras paragens com predominância para o continente africano.

Enquanto as cidades europeias se convertem gradualmente em museus e parques temáticos, o mar Mediterrâneo transformou-se num cemitério.

Em cada embarcação de emigrantes naufragada, em cada ponto negro nas imagens desta instalação, nasce uma ilha.

Uma ilha oriunda de um continente ao sul que não abraça os seus filhos, um continente mergulhado em eternos conflitos de toda a ordem e, na delapidação voraz do bem comum. Uma ilha se afunda às portas de um outro continente, que vive envolto numa espécie de

preservativo, encerrando-se entre muralhas e patrulhas marítimas, e na eterna glória de uma história minada de omissões. Estes arquipélagos compostos por cadáveres flutuantes, fazem parte de uma nova geografia, da política e do desafeto. Corpos condenados ao anonimato e ludibriados pelo sonho de uma vida melhor” K.K H Mais pro final de 2018 “A Ilha de Vénus” foi apresentada na Coreia do Sul, na XII edição da Gwangju Bienale, onde os temas Êxodo, migração e colonialismo são transversais nos trabalhos de cerca de 165 artistas de 43 países. E também Coreia do Sul Kiluanji apresentou a série de fotografias denominada “Homem Novo” (2011 - 2012), na Busan Bienale. ●



“Decapitação” do Rei D. Carlos I

No Largo da Ajuda um aparato se montou para a decapitação simbólica do Rei D. Carlos I

“Tratou-se de um segundo regicídio, mas desta vez um regicídio da ideologia colonialista, de quem o mesmo era um dos grandes mentores, e que continua a ser enaltecida através deste monumento” afirma Kiluanji autor da performance que contou com a participação especial das batucadeiras Marapano de Porto Salvo, uma manifestação cultural que foi proibida em Cabo Verde durante o período colonial, por ser considerada “demasiadamente africana”.

O artista acrescenta, agradeço de coração ao Marcio Carvalho, Irina Leite Velho, Bruno Leitão, Monica De Miranda, Ana de Almeida, Lino Damiao, Sofia Yala Rodrigues, Maycon Vercoy, Goethe Institute e, a todos aqueles que participaram na realização e concepção desta performance intitulada “Segundo Regicídio (The Black Square)”, comissariado pelo projecto “Demythologize That History and Put it to Rest”. ●

video: www.youtube.com/watch?v=K9ospicg-w0

2º Aniversário

PADEMA debate relações de parentesco e famílias afrodescendentes

Por: Miguel kiassekoka



A Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana (PADEMA) celebrou o segundo ano de existência, no sábado, 20 de outubro, com um debate sobre relações de parentesco em África e nas famílias afrodescendentes. uma tertúlia muito participativa sobre o papel da mulher africana, as relações de parentesco e a herança, as implicações do alambamento (dote) para a posição da mulher na sociedade africana.

Constatou-se que prevalece ainda em África povos ou etnias com sistema matrilinear ou patrilinear. No sistema matrilinear, os sobrinhos, filhos da irmã, são os legítimos

herdeiros do irmão, sistema que progressivamente se vem diluindo pela imposição legal do sistema patrilinear, herdado da cultura ocidental, e que consta das legislações de todos países onde nalguns a mulher



não tem direito a herança.

O dote, entendido como um símbolo, da capacidade do futuro marido cuidar da sua família, foi considerado como obsoleto por uns e necessário, de se manter, para outros, mas sem assumir as absurdas proporções de abuso que nalgumas aéreas de África se pratica ainda e se confunde como uma comercialização da mulher, como o referi uma jovem moçambicana Jéssica Matusse.



No encerramento da actividade e numa cerimónia emotiva, a PADEMA, na pessoa da sua Presidente, a jornalista Angolana, Luzia Moniz, homenageou com diplomas de Mérito, personalidades e instituições que se destacaram no apoio às causas da PADEMA, nomeadamente a renomada poetisa e declamadora moçambicana Elsa de Noronha com o Diploma de Mérito Mulher Africana de Excelência, a Embaixadora da Argélia Fathia Selman, o presidente do Instituto Luso-Árabe para a Cooperação (ILAC), Manuel Pechirra e o ministro conselheiro da Embaixada de

Moçambique Ananias Sigaúque receberam diplomas de Mérito Parceria Singular.

Os diplomas de Mérito Parceria Institucional foram atribuídos à Universidade Lusófona e ao Alto Comissariado Português para as Migrações (ACM), num acto que contou com a presença das embaixadoras da Nigéria Ngozi Ukaeje e da Colômbia Carmenza Jaramillo, também presidente da Associação das Mulheres Embaixadoras acreditadas em Portugal (AWA na sigla inglesa), o Reitor da Universidade Lusófona Mário Moutinho e do cônsul geral de Angola em Lisboa, Narciso do Espírito Santo Júnior.

A ocasião serviu também para o lançamento do site da associação, que se pode ter acesso pelo endereço www.padema.org contém informações sobre as actividades da PADEMA e a situação da mulher africana no mundo. ●

Heroínas africanas foram ao Brasil

Vidas e obras de Deolinda Rodrigues de Angola, Titina Silá da Guiné Bissau e Josina Machel de Moçambique, foram levadas ao Brasil pela mão da PADEMA, no âmbito do primeiro Seminário Latino-Afro-Hispânico (SEMILLAH) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que reuniu em Novembro investigadores, artistas e ativistas para dialogar sobre a negritude na diáspora africana.



do século passado, cartas, capulanas e pano "di pinti" (panos africanos), entre sobre as três mulheres políticas, intelectuais e guerrilheiras que deram a vida pela emancipação dos seus.



A exposição documental e biográfica, engloba fotografias em A3, algumas das quais em teatro de guerra, poemas, manuscritos, jornais da década de 60



O projecto contou com o apoio da Embaixada de Angola no Brasil, Ministério angolano da Cultura e Fundação Sagrada Esperança. ●

Mulher Negra: Instituto

Mulheres negras criam associação. Liderada por Joacine Moreira, historiadora Luso - guineense, um grupo de mulheres negras portuguesas criou a associação Instituto da Mulher Negra (INMUNE) com o objectivo de combater a invisibilidade a que estão votadas as negras portuguesas. ●



Nem Grego e nem Troiano, sou jogador de futebol

Como lidar com um conceito tão vago como nacionalidade, se os países têm regras tão diferentes entre si para definir quem tem direito à nacionalidade?

Por: *Lea Teixeira*

Na maioria dos casos os futebolistas conseguem a nacionalidade de determinados países para participar em competições mundiais, em especial de futebol. A seleção que venceu o Mundial de futebol 2018 tinha na sua maioria jogadores africanos, porém, franceses. O empresário português da área de desporto, Nuno Madeira, aborda o fenómeno. Ele tem uma opinião bem definida acerca das nacionalizações dos jogadores de futebol “este fenómeno cria muita insatisfação junto dos adeptos em geral que, de algum modo, assistem a desvirtuação das suas seleções

nacionais, cada vez mais compostas por jogadores oriundos de países estrangeiros e, por vezes, naturalizados apenas por conveniência desportiva, reforçando a ideia do futebol como negócio e não como desporto”.

Não é um fenómeno atual, considera “há várias décadas que acontece, sendo certo que a globalização da economia, comunicação e desporto teria sempre esta consequência, mais cedo ou mais tarde. Não vejo a naturalização de jogadores como problemática se não obedecer a uma lógica puramente mercantilista” sublinha.



O Futebol e as nacionalizações ou naturalizações

Oitenta e dois dos 736 jogadores que disputaram a Copa do Mundo 2018 nasceram em um país diferente da seleção que defendem. O número é menor do que no Mundial anterior, quando só no Brasil, foram naturalizados 85 jogadores, mas indica que a nacionalização ganha espaço a cada realização da maior competição de futebol do mundo.

Apenas as seleções do Brasil, Colômbia, Coreia do Sul, México, Panamá, Peru, e Suécia são as seleções que têm 100% da lista de 23 jogadores nascidos no próprio país.

Muitos torcedores comentam que perdeu a graça torcer pela seleção do seu país quando não se identificam com os jogadores. Polêmica à parte - surgem as perguntas: determinada seleção é melhor porque os seus jogadores são bons ou porque o dinheiro compra os melhores como se faz habitualmente. O que conta mais? Disputar um mundial pelo seu próprio país ou defender qualquer país que pague bem no futebol internacional garantindo uma boa oportunidade de carreira.

Há discussões sobre o “mercado” de nacionalidades segundo as quais a FIFA de-

veria restringir a naturalização. Um problema que a FIFA de fato não consegue resolver sem passar por um dilema. Como lidar com um conceito tão vago como nacionalidade, se os países têm regras tão diferentes entre si para definir quem tem direito à nacionalidade? Entretanto é notório que, na maioria dos casos, os futebolistas que conseguem a nacionalidade de determinados países para participar em competições mundiais, em especial de futebol, geralmente, vêm a sua vida facilitada, já que se tratam de jogadores muito bons.

Entrevista

A sigla CECAF corresponde a Comissão Especializada da CE-CPLP para as Academias de Futebol e consiste num órgão formal da Confederação Empresarial da CPLP que tem a seu cargo levar adiante os esforços da Comunidade no que concerne ao desporto, iniciando o seu trabalho por uma área de enorme impacto, como é o futebol.

BuÉtnico - Qual o objetivo do CECAF?

Nuno Madeira - O objetivo da CECAF passa por criar uma rede de academias desportivas em todos os países da CPLP, numa primeira fase, bem como uma rede de clubes parceiros, maioritariamente na Europa, que permitam a integração sustentada de jovens talentos oriundos da comunidade que pretendam prosseguir a sua carreira desportiva e académica fora do seu país. Em termos práticos está a ser criada uma plataforma que congrega talentos de todos os países da CPLP, visando conseguir apoios e patrocínios ao meritório trabalho das academias espalhadas pela comunidade, e garantindo de algum modo a integração futura de atletas provenientes dessas academias no futebol europeu, conferindo assim aos mesmos um complemento à sua formação técnica e uma melhor preparação para a possível futura profissionalização dos mesmos.

O CECAF tem a seu cargo levar adiante os esforços em prol do desporto na CPLP.

Ao criar uma plataforma devidamente regulamentada, é igualmente objetivo primordial da CECAF garantir que os normativos da



FIFA e de todos os países envolvidos são escrupulosamente cum-pridos, protegendo-se cada vez mais a situação dos menores, a entrada ilegal de jogadores, a infeliz falsificação de documentos, entre outros problemas que se tornam mais frequentes no futebol atual. É igualmente importante garantir o correto apoio e acompanhamento dos jovens, evitando situações de representação fraudulenta e incorreta que deixa vários atletas abandonados em condições precárias, razão pela qual o possível complemento com a parte da formação académica assume especial relevo.

BuÉtnico - No mundial deste ano falou-se muito em jogadores naturalizados. Qual a sua opinião?

Nuno Madeira - Numa primeira análise este fenómeno cria muita insatisfação junto dos adeptos em geral que, de algum modo, assistem a um fenómeno de desvirtuação das suas seleções nacionais, cada vez mais compostas por jogadores oriundos de países estrangeiros e, por vezes, naturalizados apenas por conveniência desportiva, reforçando a ideia do futebol como negócio e não como desporto.

A realidade porém mostra que este fenómeno está longe de ser só atual, verificando-se há várias décadas este tipo de situações, sendo certo que a globalização da economia, comunicação e desporto teria sempre esta consequência, mais

cedo ou mais tarde. Não vejo a naturalização de jogadores como problemática se não obedecer a uma lógica puramente mercantilista, ou seja, se a regulamentação da FIFA determinar critérios mínimos para o efeito, colocando todos os países em pé de igualdade quanto ao cumprimento das regras – isto independentemente das regras de naturalização de cada país, claro está -, e procurando o mais possível evitar que seja o poderio económico de determinadas nações a definir a força das suas seleções por via do recurso a estes expedientes.

BuÉtnico - Você está trabalhando com futuros jogadores ou jogadores só dos países de língua portuguesa?

Nuno Madeira - Inicialmente a nossa ideia é apoiar jogadores da CPLP, claro está. Sem prejuízo, temos parcerias com várias academias de outras geografias fora da comunidade, como sejam por exemplo o Gana, Nigéria, Camarões, etc., cujos atletas procuram também melhores condições mesmo a nível da sua possível integração em campeonatos em África, como sejam Angola ou Moçambique. A língua é, porém, para nós uma fator essencial para permitir uma melhor integração no espírito da própria CPLP e facilitar a adaptação indispensável a, por exemplo, clubes portugueses nossos parceiros.

BuÉtnico - O Brasil enquadra-se no formato do CECAF?

Nuno Madeira - Sendo uma das maiores potências mundiais do futebol, com um percurso inigualável e talento abundante, é natural que o Brasil esteja no centro do projeto em vários aspetos, isto sem mencionar que como país integrante da CPLP não poderia estar de fora de uma iniciativa desta natureza. ●

No Meu Sonho...

Hoje sonhei que dois polícias portugueses (negros) bateram com “cassetadas” num jovem estudante universitário português (branco), na zona de Cascais.

Por: *Luzia Moniz*

No meu sonho, os polícias confundiram o jovem com um assaltante de ourivesarias, dadas as semelhanças de fenótipo.

Esse incidente, gravado por câmaras de vigilância das ruas do Município, rapidamente se transformou num caso com direito a notícia de abertura de todos os telejornais e agitação na sociedade. A cor da pele dos polícias, nunca explícita, esteve sempre presente no desenrolar do caso.

No meu sonho, o Ti Celito alterou toda a sua agenda, deslocou-se a casa do jovem com ferimentos no braço esquerdo, convervou com os pais e manifestou a sua solidariedade com a família indignada. Sempre acompanhando do habitué batalhão de jornalistas.

No final, fez declarações à imprensa centradas em três eixos: reafirmar que Portugal não é um país racista e que não podemos tolerar atos racistas, que temos boa polícia, mas é necessário prestar maior atenção à sua formação e que se apurem todas as responsabilidades.

Todas as televisões abriram os telejornais com este assunto, deixando para segundo plano o assassinato por americanos, nesse mesmo dia, de Maduro da Venezuela (país que alberga cerca de meio milhão de portugueses e luso-descendentes) e a consequente guerra civil com barricadas de militares e milícias pro chavista e pro Guaidó em confrontos nas ruas de Caracas.

No meu sonho, os especiais informação nas rádios e TV com diretos a partir de vários locais mais ou menos inusitados, desde a universidade a rua da namorada do jovem vítima eram fastidiosos. Nada escapou.

Falaram com comandantes da polícia reformados, sindicatos de polícia, advogados, politólogos, sociólogos, psicólogos, outros investigadores, médicos, políticos, comentadores, analistas e autarcas.



A TVI, no seu especial de mais de seis horas consecutivas, fez debates com o diretor do Hospital de Cascais onde a vítima fora atendido, com o médico que suturou o braço, a enfermeira que fez o curativo, a irmã, a quem pagou a viagem dos Estados Unidos para Portugal, vizinhos, até o homem do quiosque de jornais mais perto. Só faltou a “senhora lá de casa” (expressão da jornalista Judite de Sousa, quando se refere à sua empregada doméstica negra).

No meu sonho, os partidos de A. Cristas e de S. Lopes, mais no extremo direito da sociedade, responsabilizaram o primeiro ministro pela ação dos polícias negros. A culpa é “deste” primeiro ministro, alardeavam.

Um Machado do Movimento fascista português aproveitou a dica para criar um Slogan “Este, Não!”, com qual se apresentou nas rádios e TV e manifestações por si organizadas em Lisboa e periferia.

Os movimentos, associações e grupos afro-descendentes e anti-racistas também não se calaram. Uniram-se na denúncia. Diziam que os polícias estavam a ser vítimas de perseguição racial. Criaram uma campanha “Polícia bom não tem cor” e angariaram fundos para pagar aos melhores advogados da praça.

Ladeado pela ministra da Justiça e pelo titular da Administração Interna, o primeiro ministro deu uma conferência de imprensa

(sem direito a perguntas) reafirmando que as autoridades estão a fazer tudo para o “cabal esclarecimento” dos factos e manifestou todo apoio ao jovem ferido e sua família, apelando à calma e repudiando comportamentos racionais e xenófobos.

No meu sonho, os dois polícias negros, nascidos em Portugal, filhos de cabo-verdianos e netos de portugueses, foram imediatamente suspensos, foram-lhes instaurados processos disciplinares. O chefe da esquadra a que pertenciam foi afastado e para o substituir foi nomeado um oficial da polícia com “competência à prova de bala”, mas não sem antes ver a sua ancestralidade passada, discretamente, a pente fino.

Em Queluz, a casa da mãe de um dos polícias foi atacada por vândalos de cara tapada. Amedrontada, a senhora natural de Benguela, filha de cabo-verdianos, pediu e recebeu proteção da Embaixada de Cabo Verde.

No meu sonho, o enviado especial do principal jornal de Cabo Verde ouviu um sociólogo português, que trabalhou na ONU, explicar que o alarme socialradica no facto desse “episódio” estar “fora do padrão” da sociedade, resultado da complacência das elites com o racismo estrutural. O mesmo jornalista publicou uma entrevista com um dos dois polícias negros intitulada: “Estou arrependido de não ter tratado nacionalidade de cabo-verdiana”. ●



Ficha técnica:

Proprietário: Sílvia Milonga

Director: Luzia Moniz

Conselho Editorial: Eugénio Alves, Aires Walter dos Santos, Carlos Santos Octávio, Rui Fernandes, Sílvia Milonga e Luzia Moniz

Sede Editorial: Rua Cidade de São Paulo, 26, 3º D - 5735-656 Cacém

Redação: Sílvia Milonga, Luzia Moniz, Carlos Gonçalves, Ana Mafalda e Lea Teixeira

Sede Redactorial: R. Luiz Costa, 6, R/c Dir. - 2860-010 Alhos Vedros

Design Gráfico: António Salsinha - www.antoniosalsinha.com

Impressão e acabamento: As de Cópias - Heliografia e Fotocópias, Lda. Rua Gomes Freire, 138 C, 1150-180 Lisboa - Email: geral@asdecopias.pt

Tiragem: 1.000 exemplares

Nº de registo na ERC: 127058

Email: jornalbuetnico@gmail.com

Estatuto Editorial:

1. BUÉTNICO é uma publicação periódica da actualidade, informativo não doutrinário, apartidário destinado a todos, mas centrado na vida dos imigrantes em Portugal, com informação sobre as comunidades que não se encontra noutras publicações.
2. De periodicidade trimestral, este jornal dará destaque particular à Cultura das comunidades que escolheram Portugal para viver e o jornal surge como porta-voz dos interesses das comunidades das suas acções pela igualdade de direitos e de oportunidades.
3. De 16 páginas, a cores, além do editorial e dos destaques, o BUÉTNICO tem uma série de rubricas que

incluem a Reportagem - Cultura, sociedade, desporto, tecnologia, questões de género, opinião etc.

4. Aposta principal deste jornal é na reportagem, mas terá também notícias escritas com o rigor e a objectividade que o jornalismo exige, bem como opinião plural devidamente assinada.

5. As escolhas dos temas e o seu escalonamento serão da responsabilidade da redação do jornal, a censura e a auto censura não têm lugar.

6. BUÉTNICO rege-se pela ética republicana, contra o sensacionalismo, pelas liberdades e respeito da diversidade.